

A lei 10.639/2003 no contexto dos NEABS: NEPRE, NEGRA e ENCRESPAR em Mato Grosso

Ley 10.639/2003 en el contexto de las NEABS: NEPRE, NEGRA y ENCRESPAR en Mato Grosso

Ivone Jesus Alexandre
Universidade do Estado de Mato Grosso
Sinop-Brasil

Resumo

Este ensaio objetiva registrar e analisar as ações desenvolvidas por professores da Unemat, campus de Sinop, SEMEC de Sinop e do Centro de Formação de Professores, bem como o papel dos Núcleos de Estudos Afrobrasileiros (NEABs) NEPRE e NEGRA, no que se refere a implementação da lei 10.639/2003 no estado de Mato Grosso de 2005 a 2022. Abordamos o trabalho realizado pelos núcleos em relação a formação continuada de professores e pesquisadores para fomentar o tema das relações raciais em diferentes cidades e regiões do estado. Neste sentido, o trabalho será realizado por meio de pesquisa bibliográfica, desenvolvidas por: Rodrigues (2010), Gonçalves (2015) e Da Silva Trindade (2023). Consideramos que diferentes atores sociais envolvidos nos NEABs e nas instituições envolvidas contribuíram para o processo de divulgação da Lei 10.639/03 e que, por conta do perfil político e econômico do estado, não ocorreu como o esperado, entretanto, teve real importância na divulgação e produção teórica sobre as desigualdades raciais educacionais, e ainda sobre o tema das relações raciais na educação em Mato Grosso e interior do estado.

Palavras-chave: Educação; Relações raciais; NEABs.

Resumen

Este ensayo tiene como objetivo documentar y analizar las acciones desarrolladas por docentes de la Unemat, campus Sinop, SEMEC Sinop y por el Centro de Formación de Profesores, así como el papel de los Centros de Estudios Afrobrasileños (NEAB) NEPRE y NEGRA, en relación a la implementación de la Ley 10.639/2003 en Mato Grosso entre 2005 y 2022. Se aborda el trabajo realizado por estos centros en la formación continua de docentes e investigadores para promover el tema de las relaciones raciales en diferentes ciudades y regiones del estado. En este sentido, el trabajo se basará en la investigación bibliográfica desarrollada por Rodrigues (2010), Gonçalves (2015) y Da Silva Trindade (2023). Los diversos actores sociales involucrados en los NEAB y las instituciones involucradas contribuyeron al proceso de difusión de la Ley 10.639/03. Debido al perfil político y económico del estado, esto no se produjo como se esperaba. Sin embargo, desempeñó papel importante en la difusión y en el desarrollo del conocimiento teórico sobre las desigualdades raciales educacionales, así como sobre el tema de las relaciones raciales en la educación en Mato Grosso y el interior del estado.

Palabras clave: Educación; Relaciones raciales; NEAB.

Introdução

Apresentamos nesse texto, como pessoas e instituições de Mato Grosso iniciaram o debate teórico sobre as relações raciais no estado, especificamente em Cuiabá, Cáceres e na cidade de Sinop/MT. Pedirei licença aos leitores porque em vários momentos utilizo o pronome verbal na primeira pessoa do singular e em alguns momentos, na primeira pessoa do plural. Isso ocorre porque a história de como os NEABs promovem o debate sobre as questões raciais estão intrinsicamente relacionadas ao modo como me constituo professora no ensino superior e pesquisadora, uma migrante que encontrou em Mato Grosso perspectivas de realizar o sonho de ser professora, a única pessoa com nível superior na família e professora de uma universidade pública.

Ao chegar em Mato Grosso em 1988, na cidade de Juara/MT, vi em um lugar totalmente diferente do que até então vivenciara no estado de origem, em uma cidade no do Paraná. Muita mata, muita fumaça, queimadas, bichos, a expectativa de ter um trabalho e ser independente financeiramente. Foi em Juara que consegui cursar o tão sonhado magistério, o Logos II, e finalmente ser professora da rede municipal e depois da rede estadual de ensino. Em 1991 vim para Sinop em busca do ensino superior, Pedagogia, pela Universidade do Estado de Mato Grosso, mas somente em 1994 consegui passar no vestibular e iniciei os caminhos teóricos e metodológicos da docência.

O divisor de águas em minha formação no magistério se deu entre idas e vindas de Juara à Sinop, assim, ao voltar a Juara no ano de 2000 e ser selecionada para ser tutora do Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NEAD), no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e simultaneamente, cursar Especialização em Formação de Orientadores Acadêmicos Para Ead—Nead-UFMT. Como tutora acadêmica no NEAD, tive a oportunidade de estudar Antropologia, disciplina que não havia na graduação, a qual, nos estudos de Maria de Lurdes Bandeira, ajudou-me a compreender os diferentes modos de ser e de existir, diferentes culturas, o etnocentrismo e o relativismo cultural, e como somos modelados conceitualmente para menosprezar as diferenças em nossa sociedade. Foi nesse período que algumas questões sobre a diversidade racial e o tratamento dado à população negra no país começaram a me instigar.

De volta a Sinop em 2002, passei no seletivo de docentes para a UNEMAT. É nesse espaço, enquanto professora da rede pública e privada que começo a me tornar pesquisadora em um curso universitário de formação inicial de professores, e em uma cidade que todos

queriam morar, afinal, Sinop já era promessa de ser a futura capital do estado numa possível nova divisão do estado de Mato Grosso, previsão que não se concretizou e frustrou a elite política local. A cidade teve um processo de ocupação diferenciado das demais cidades do estado, localizada no médio Norte, foi colonizada no século XX. O estado é reconhecido pela diversidade de sua populacional e tem em seus municípios tradicionais tais como, a capital Cuiabá, Cáceres, Nossa Senhora do Livramento etc., uma população de migrantes paulistas, mineiros e os indígenas (Alexandre, 2019).

Para compreendermos sobre a configuração das relações de sociais, econômicas e políticas do estado, reportamos a Rafael Assumpção de Abreu (2015), que discorre sobre a ideologia de colonização no estado em sua tese “A boa sociedade: história e interpretação sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar” e sobre como se deu a construção do conhecimento em relação a categoria “sertão” e “litoral” no país, para entender o que ocorreu nessa região. O processo de colonização se utilizou da categoria “sertão” com conotação negativa, significando “espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados”. Essa percepção contribuiu na tentativa de formar um imaginário social que para o progresso e civilização, seria preciso fazer desaparecer as populações locais, ou seja, os indígenas, posseiros, ribeiras, seringueiros, entre outros, considerados atrasados por conta dos seus hábitos e costumes.

A população nativa que não foi dizimada, foi enviada para uma área restrita denominada de Xingú, e as demais, empurradas cada vez mais para a fronteira, sem muita opção, pois tinham que se adequar as formas de produção impostas. A região, e, especificamente Sinop, até a década de 1980, continha uma população migrante de maioria vinda do sul do país, contudo essa realidade se alterou na década de 1980, devido a demanda de mão de obra para o mercado de trabalho considerado pujante assim, vieram migrantes de todas as regiões do país.

Especificamente na cidade de Sinop e Lucas do Rio Verde, a frente pioneira foi dependente das novas frentes abertas pelos posseiros que desbravaram terras incertas, e que posteriormente iram servir para a instalação dos modos modernizantes de desenvolvimento das novas terras mato-grossenses (Alexandre, 2019). Nesta relação de conflito e dependência, os colonizadores representaram um modelo de expansão e ocupação considerado civilizado, em comparação com outros que existiram na região. O processo de

formação dessas cidades envolve um discurso embasado em um imaginário social, no qual as pessoas conhecidas como pioneiras seriam dotadas de qualidades físicas e morais empreendedoras, isso quer dizer que os “sulistas” é o suposto “colono modelo”, que, na literatura hegemônica, seria resultado direto de um projeto e de uma imposição estatal e empresarial (Abreu, 2015). Os pioneiros são percebidos como ativos no processo de ocupação e desenvolvimento das cidades da região. Como podemos observar, o projeto de colonização teve e ainda tem um discurso altamente eurocêntrico, de cidade com localização estratégica em relação as cidades vizinhas, perfil de metrópole, engenharias e arquiteturas aos moldes das cidades do Sul. A cidade se desenvolve acompanhando as mudanças urbanas e arquitetônicas que ocorrem em grandes regiões do país. Segundo IBGE 2022, a população estimada é de 196,067 pessoas. Em 2024, Sinop faz 50 anosⁱ.

É neste contexto, que a pauta da diversidade racial teria que ocupar um lugar, e de preferência um lugar não periférico. Até porque o perfil populacional do estado é reconhecido nacional e internacionalmente por ser multirracial e multiétnico. Essa característica por si só já confronta o discurso hegemônico em torno da superioridade de um grupo sobre o outro, os sulistas versus indígenas, negros, ribeirinhos, quilombolas.

Foi em 2003 a promulgação da Lei 10.639 que alterou a Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB), a 9.394 de 20 de dezembro de 1996. A Lei obriga os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares a efetivarem o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira (2004). A partir de então, formulou -se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico Raciais (DCNERER), que determinava as competências e obrigações das instituições de ensino e em suas diferentes esferas, a implementar em seu currículo temas que visavam coibir o racismo e combater a desigualdade racial, compromisso não só da escola, mas que deve ser trabalhado por ela para refletir na sociedade. A escola tem papel relevante para eliminar a discriminação e para emancipação dos grupos discriminados, propagar os conhecimentos científicos e contribuir na construção de espaços democráticos e igualitários (Brasil, 2004) .Algumas mudanças aconteceram no país, entre elas, a realização de conferências estaduais, nacionais, municipais e distrital com temas específicos, voltados para a diversidade: “igualdade racial, mulheres, indígenas, direitos humanos, direitos da população LGBTQIA+, idosos, crianças e adolescentes, juventude, pessoas com deficiência, entre outras” (Gomes, 2017, p. 14).

Para a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2017), o desafio que se configurava na década de 2000, e que em sua opinião não se concluiu, foi que os beneficiários da lei contribuíssem na construção da agenda e na formulação das políticas e não somente seus destinatários. A pesquisadora alertava sobre as mudanças que estavam ocorrendo no Estado brasileiro devido a implementação das políticas públicas para a diversidade, essas geradas por pressões e reivindicações dos movimentos sociais e coletivos sociais diversos, podia sofrer retrocesso devido ao crescimento das forças conservadoras, realinhamento da direita e do capitalismo em todo o mundo.

Sabemos que esse receio se concretizou no país com a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018. E mesmo com sua derrota em 2022, obteve 65,08% dos votos no primeiro turno e 76,95% no segundo turno no estado de Mato Grosso. Na cidade de Sinop o então candidato a presidente pelo Partido Liberal (PL) foi o mais votado para a Presidência da República no primeiro e segundo turno. Para se ter uma ideia ele recebeu 65.216 votos, o equivalente a 76,95% do total da cidadeⁱⁱ. Esses índices mostram o quão alinhado o estado está com as ideias conservadoras.

Esses dados evidenciam a importância das ações de ensino, pesquisa, extensão no debate desse tema em nossa região, pois não falamos de uma direita conservadora, mas de uma vertente extremista que insuflou um discurso de ódio contra as minorias, desqualificando as lutas e marginalizando mais ainda os grupos minoritários. E por outro lado, também é importante romper com a história “única”, a qual somente um grupo de privilegiados foi responsável por todo trabalho que envolveu levantar essa cidade e torná-la hoje o que ela é, essa versão contada e recontada nos livros da história oficial da cidade e que exalta um único grupo cultural responsável pelo desenvolvimento econômico e político, sem preocupações com as questões do ambiente e reservas indígenas (Alexandre, 2019). Até porque o último IBGE mostrou que esse perfil não corresponde à realidade, e evidenciou uma população sinopense de maioria negra (como em todo o do país). A categoria negro, engloba pretos e pardos, e corresponde a 115.008 pessoas, o que representa 58,58% da população. Em 2010 a população negra era de 56.683 pessoas, o que representava 50,12% da populaçãoⁱⁱⁱ. É nesse cenário que diferentes ações de formação continuada, voltadas para o tema da diversidade racial iniciaram por diferentes grupos de professores e diferentes instituições ao longo desses 20 anos da Lei 10.639/03.

O NEPRE e as pesquisas sobre relações raciais no estado de Mato Grosso

Os Núcleos de estudos e pesquisas foram importantes para discussão e fomento do debate e pesquisa sobre relações raciais e educação na sociedade, entre eles destaco o grupo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Relações Raciais (NEPRE), que foi um dos primeiros Núcleos de estudo afrobrasileiro (NEABs) no estado, atualmente existem NEABs nos Institutos Federais (IFMT) e na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). No campus de Cáceres há o Núcleo de estudos sobre geração, raça e alteridade (NEGRA) e foi criado pelo professor Paulo Alberto dos Santos Vieira no ano de 2005, e o Núcleo de estudos sobre africanidades, diáspora, população negra (NEAB Encrespar) no campus de Sinop, criado pela professora Ivone Jesus Alexandre em 2020.

Em relação ao NEPRE, o histórico das relações raciais no Estado de Mato Grosso, de acordo com Muller (2010), inicia na UFMT, campus de Cuiabá em 2001, com a criação do núcleo coordenado pela pesquisadora Maria Lucia Rodrigues Muller, credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, na Área de Concentração: Educação e Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular. O núcleo teve como um dos primeiros trabalhos acadêmicos a pesquisa sobre trajetórias de professoras não brancas, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT). Os dados apontaram os processos discriminatórios que professoras não brancas, e maioria negra, enfrentaram durante toda sua vida, em especial na escola, discriminação e estigmatização pela cor da pele e traços fenotípicos. Desse modo, os dados vão de encontro ao proposto por Muller (2010):

As pesquisas que indicam condições hostis à trajetória de alunos negros nas escolas brasileiras também são confirmadas em Mato Grosso. Essas condições atuam permanentemente para o agravamento das diferenças no desempenho escolar desse segmento. Também foram encontradas manifestações de preconceito racial nas escolas contra o aluno negro, tanto por parte de professores, como de seus colegas brancos (PINHO, 2004; JESUS, 2005; SANTOS, 2005; FIRMO, 2009; ALEXANDRE, 2010). Investigando as imagens dos livros didáticos utilizados em escolas da rede estadual, Costa (2005) verificou ainda a veiculação de imagens depreciativas e estereotipadas em relação a personagens negros, sempre colocados em situação de menor valia social, comparando-se com a situação representada pelos personagens brancos (Muller, 2010, p. 308).

As marcas da discriminação permaneciam durante toda a vida, e os indicadores sociais apontavam as desigualdades raciais na educação brasileira, sendo um fosso significativo entre a realidade escolar de alunos brancos e alunos negros em todos os níveis de ensino, em todas as faixas de renda, e a pobreza por si só, não explicaria as desigualdades raciais na educação,

mas a existência de mecanismos intraescolares de discriminação que desestimulam os alunos negros a permanecer na escola, e por consequência, ter rendimento adequado para o sucesso escolar.

Foi em 2005 que entrei no programa de mestrado em educação da UFMT, como orientanda da professora Maria Lucia Rodrigues Muller. Iniciamos as disciplinas, e os mestrandos eram incentivados a participar dos cursos que o NEPRE realizava no município de Cuiabá. Já no ano 2005 o NEPRE ofertou o curso de extensão *Trabalhando as Diferenças na Educação Básica – Lei Nº 10.639/03*, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer – Smedel, e com apoio do Grupo de União e Consciência Negra-Grucon/MT, Fundação Educacional de Cuiabá (TV PIXÉ – Canal Educativo); Conselho Estadual dos Direitos do Negro; Conselho Municipal dos Direitos do Negro de Cáceres. O curso teve como demanda professores, coordenadores pedagógicos e gestores da Rede pública municipal de ensino e integrantes do movimento negro. Ao finalizar o curso, foi publicado o —*Documenta Nepre II*, contendo relatos de atividades práticas desenvolvidas pelos alunos e de experiência de docentes do curso. Em função dos recursos do curso, foi proporcionada a participação de alguns professores na apresentação de trabalho na Associação Nacional de Pesquisadores da Educação (ANPED) e no VI Seminário e I Seminário Internacional Educação e População Negra – Políticas Contemporâneas (Gonçalves, 2015). Foi a primeira vez que estive no Rio de Janeiro, participei da ANPED que era no estado de Minas Gerais e foi quando escrevi meu primeiro artigo sobre o tema. Os mestrandos foram com recursos próprios.

Para a escolha dos professores orientadores que iriam atuar no curso de aperfeiçoamento e posteriormente, de especialização, foram escolhidos aqueles que tinham formação na área, e eram poucos os que possuíam domínio dos conteúdos da Lei n.º 10.639/03 em Mato Grosso. Foram escolhidos os professores formadores que tinham sido alunos da especialização em *Relações Raciais* promovido pelo NEPRE e do mestrado que desenvolveram pesquisa na temática. E para familiarizar com EaD, todos eram obrigados a cumprir uma capacitação na plataforma e-proinfo29, para entender como funcionava a modalidade de ensino e a importância da interação no ambiente para a permanência do aluno (Gonçalves, 2015). Essa formação era muito didática e preocupava-se em sanar todas as dúvidas possíveis.

Em 2010, o Núcleo iniciou o segundo curso de especialização em Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira, na modalidade a presencial e posteriormente à distância. Os professores que iriam ministrar as disciplinas foram convidados a produzir os módulos, também havia os professores doutores parceiros do Núcleo e foram convidados a ministrar um módulo em sua área. Nós também produzimos materiais didáticos a convite da coordenadora, os módulos tinham como título “Estratégias de Combate ao Racismo na Escola”, escrevi com mais três colaboradoras do NEPRE, e o módulo “Cotidiano Escolar e Estratégias Pedagógicas de Combate à Discriminação Racial”.

Com recursos financeiros públicos para projetos voltados a essa temática, as pesquisas desenvolvidas pelo NEPRE foram publicadas em 26 volumes denominado “Coletânea Educação e Relações Raciais”. A disponibilidade de verbas públicas para a implementação de uma política de enfrentamento do racismo só foi possível se consolidar a partir de 2003, por meio da Lei n.º 10.639/03, que gerou efeitos significativos no programa e na execução do governo Lula (Gonçalves, 2015).

Esses financiamentos implicaram em incentivo a pesquisa, a produção de materiais, a participação em eventos científicos etc. Foi um período riquíssimo de experiências teóricas e pedagógicas, fomos convidados pela UFBA a mostrar os módulos e como desenvolvíamos o curso no estado de Mato Grosso. Achamos oportuno apresentar as publicações desenvolvidas de 2010 a 2013 pelo NEPRE e que tinham como tema relações raciais e a educação básica.

Quadro 1. Produções de livros a partir das dissertações de mestrado produzidas pelos pesquisadores do NEPRE

Ano/VOLUME	AUTOR	TÍTULO
2010 V13	Lori Hack de Jesus	Alunos negros do Ensino Médio de Tapurah: trajetórias de vida e estudo
2010 V15	Ivone Jesus Alexandre	Relações raciais: um estudo com alunos, pais e professores
2010 V18	Edenar Souza Monteiro	Famílias negras e brancas: percepções sobre a escola
2011 V21	Yandra de Oliveira Firmo	Um dia isso acaba, não acaba? Relatos de uma experiência psicodramática contra o racismo
2011 V23	Malsete Arestides Santana	Relações raciais e gestão escolar
2013/V25	Carlos Aparecido Paulino	Acesso diferenciado de alunos brancos e negros (Cuiabá)

Fonte: Trindade et al. (2023)

De acordo com Trindade (2023), as pesquisas do NEPRE foram publicadas na Coletânea “Relações Raciais e Educação”, que conta com 26 publicações em forma de livros. As publicações foram até o ano de 2016, nesse período ainda era coordenado pela professora que o criou, atualmente ela é aposentada. Os pesquisadores eram de diferentes cidades do estado, e o fato das pesquisas serem de cidades do interior do estado, mobilizaram e incentivaram a formação de professores sobre o tema das relações raciais e educação em todo o estado de Mato Grosso.

Participei do núcleo de 2005 a 2015, período em que desenvolvíamos inúmeras ações vinculadas ao NEPRE na capital e no interior do estado. Os cursos, especialmente em Cuiabá, eram lotados, e quando aconteceram em Sinop, nem sempre tínhamos muito participantes. Ficamos na dúvida se o desinteresse era pela temática ou pelas próprias demandas da carreira dos professores.

Formação para as Relações Raciais em Sinop (2005-2002): instituições educacionais envolvidas

As parcerias com as instituições educacionais foram fundamentais para garantirmos a divulgação da Lei 10.639/03 no estado, mas especificamente em Sinop. Em 2005, a professora Maria Ivonete de Souza^{iv}, primeira professora negra e efetiva da Universidade do Estado de Mato Grosso-(UNEMAT), campus de Sinop; Maria Luiza Troian, naquele período professora contratada na UNEMAT, professora da Educação básica, e atualmente, da Escola Técnica Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Sinop e a professora, também contratada, Ivone Jesus Alexandre (UNEMAT), começaram a organizar atividades e ações de extensão para atuar na formação continuada dos professores da rede pública do município. Foi nesse ano que realizamos o primeiro curso: “Formação docente nas creches municipais de Sinop” e o curso “Educação antirracista: Estudos sobre a Lei 10639/03”, cuja pauta era a desigualdade social, racial e escolar. Entrei nesse mesmo ano (2005) no mestrado e já fomos fazer formação, a professora Maria Lucia Rodrigues Muller nos incentivava a participar dos cursos que o NEPRE realizava no município de Cuiabá.

Foram parceiros do grupo de professores da UNEMAT, o NEPRE, o NEGRA, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de Sinop e os Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPROs)^v, de Mato Grosso, da cidade de Sinop.

Sobre o papel da UNEMAT na formação de professores, concordamos com Mello et al. (2019)

[..] é uma instituição de educação superior, nacionalmente reconhecida pelo seu aspecto democrático e integrador. A sua principal referência é ofertar formação em nível de licenciaturas e bacharelados no interior de Mato Grosso. Nas últimas décadas, ofertou, também, vários cursos de pós-graduações lato sensu e, nos últimos dez anos, gradativamente, vêm institucionalizando cursos de pós-graduações stricto sensu em nível de mestrado e doutorado em diversas áreas do conhecimento. Todavia, essa oferta é muito tímida, por isso, não atende à demanda potencial do estado (Mello et al., 2019, p.16).

Eram parceiros a UNEMAT, o NEPRE, o NEGRA e a secretaria municipal de educação e cultura (SEMEC) de Sinop e os Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPROs), de Mato Grosso, da cidade de Sinop. Em 2022 foram desativados, e voltaram a ser Delegacia Regional de Educação (DRE).

Foi no ano 2007, realizando uma formação continuada para professores da educação básica que ocorreu um fato interessante, a cidade de Sinop completava 28 anos. Para os festejos foi elaborado um *outdoor* e cartazes que foram espalhados por toda a cidade e instituições públicas e privadas. Esse *outdoor* continha várias imagens de crianças que representavam os setores de investimento do governo de Sinopense, o setor de tecnologia foi representado por uma criança japonesa, o setor do direito, da justiça, da saúde e segurança foi representado por crianças brancas e o setor de obras foi representado por uma criança negra.

Essa imagem causou muita controvérsia e polêmica nos participantes do curso que ministrávamos, tanto que decidimos enviar uma nota de repúdio para a secretaria responsável pela divulgação dos festejos.

Figura 1 – Sinop completa 28 anos



Fonte: arquivo da autora

Sobre a imagem, concordamos com o proposto por Alexandre (2019), quanto a presença de uma política de hegemonia no município de Sinop – MT:

[...] demonstra como a política hegemônica de Sinop pensa e percebe o lugar do negro ou mesmo do indígena na cidade. A exaltação a história de ocupação e de seus colonizadores, aliada a programas de TV e rádios locais, ressaltam as “raízes de Sinop” como sendo do gaúcho, branco, trabalhador, cristão, empreendedor [...] (Alexandre, 2019, p. 92).

Em 2009, efetivei-me na UNEMAT, campus de Juara, nesse ano fui convidada pelo Professor Paulo Alberto Viera para compor o núcleo de pesquisa Núcleo Estudos e Geração, Raça e Alteridade (NEGRA) da UNEMAT, campus de Cáceres. O NEGRA, atualmente coordenado pela professora Tania Paula da Silva, que desenvolve desde 2005, inúmeras atividades na cidade de Cáceres, na capital e em Sinop. E foi criado pelo Professor Paulo Alberto dos Santos Vieira, que foi coordenador e faz parte do Programa de Pós-graduação em Educação da UNEMAT, campus de Cáceres, orientando na linha de pesquisa Educação e diversidade. O NEGRA tem como agenda anual os eventos a Semana de estudos étnico-raciais e o Seminário sobre políticas afirmativas da UNEMAT. Entre as ações do núcleo destacamos os projetos que envolvem as políticas afirmativas da UNEMAT, o projeto Diferença que faz Diferença: curso preparatório para ingresso em Cursos e Programas de Pós-graduação que tem como público, negros, quilombolas, população LGBTQI+ e outras minorias.

Foi também 2009 que propus, pelo campus da UNEMAT de Juara, o projeto de extensão “Formação para as relações raciais e educação no contexto da Lei 11.645/08: população negra,” que durou até 2011 e envolveu alunos e professores da Região.” A proposta era trabalhar os conceitos de mito da democracia racial; ideologia do branqueamento; estereótipos, estigmas e identidade da criança negra; além de divulgar a lei 10.639/03. Também escrevi o artigo “Relações raciais na escola: percepções das famílias negras” para o livro “Africanidades e Educação em Mato Grosso”, organizado pelo coordenador do NEGRA, em conjunto com pesquisadores que discutiam o tema no estado. Minha dissertação de mestrado foi transformada em livro, uma publicação do NEPRE e tive a oportunidade de trabalhar com a disciplina de Diversidade Cultural e Relações Raciais e Educação (DICRE), no sétimo semestre do curso de Pedagogia.

Essa disciplina, que consta na matriz curricular de Juara, foi incorporada após reformulações na matriz curricular que ocorreu em 2011, nesse mesmo ano foi publicado a

Instrução Normativa 004/2011, que dispunha sobre os procedimentos de migração e revisão das matrizes curriculares dos cursos de graduação que cada campus da UNEMAT ofertava para a implantação do sistema de crédito em todas as suas modalidades. Essa resolução assegurava que 80% das matrizes curriculares dos cursos preservassem a identidade/similaridade com os cursos ofertados na modalidade regular pelos demais Campi da UNEMAT. Essa normativa determinava as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que garantiam ao egresso do curso estar preparado a demonstrar consciência de diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, orientações sexuais, entre outras.

Iniciou-se um processo de discussão das matrizes curriculares do curso de Pedagogia sob a coordenação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso (das cidades de Sinop, Juara e Cáceres), em diálogo com o corpo docente. Após os debates cada núcleo realizou as alterações que seguiram para aprovação no Conselho Universitário (CONSUNI). Os cursos de Juara e Cáceres incorporaram em suas matrizes disciplinas específicas, o curso de Pedagogia de Juara a disciplina Diversidade Cultural Relações Raciais e Educação (DICRE) e o curso de Pedagogia de Cáceres a disciplina Cultura, Diversidade e Relações Étnico-raciais, ambas com 60 horas aula. Atualmente o nome da disciplina é Cultura e Relações Afro-brasileiras e Indígenas. Alguns professores do curso de Pedagogia, do campus de Sinop, membros e não membros do NDE, argumentaram não ser necessário uma disciplina específica, pois, a Lei 10.639/03 e, posteriormente, a 11.645/08 preconizava que os conteúdos relativos à História da população africana, afro-brasileira, indígena e demais diversidades deveriam perpassar por todo o currículo transversalmente.

Atualmente o NDE está discutindo a reestruturação do curso, por exigência da Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, onde após discussão com o corpo docente, o NDE postergou as alterações por questionar a formação proposta para o futuro licenciado em Pedagogia. Em 2020 foi alterada novamente a Resolução CNE/CP Nº 20, de dezembro de 2020, e por último, o Parecer CNE/CP Nº 4/2024, a proposta também está sendo criticada pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPES).

Enfim, esperamos que, finalmente quando chegar a um acordo, a nova matriz curricular incorpore a Disciplina “Direitos humanos e relações raciais”, que consideramos fundamental para fomentar as discussões sobre as questões raciais em Sinop. Não quero ser

injusta com os professores sobre o trabalho interdisciplinar, e acredito que ele ocorra em disciplinas como Antropologia, História da educação, História de Mato Grosso, História para o início de escolarização etc., o que questionamos é que muitos professores não dominam os conceitos específicos da área do conhecimento de relações raciais e educação, nesse sentido, questionamos o modo como desenvolverão o trabalho sobre o tema. Godoy (2017), afirma que as matrizes curriculares ainda adotam um modelo de formação de professores perpassado por currículos conservadores e pouco acessíveis às mudanças, especialmente quando se refere ao aprofundamento do debate sobre o conteúdo da cultura africana e afro-brasileira na formação docente.

É certo que a formação inicial não dá conta de formar com excelência na matéria. Entretanto, não vem ocorrendo nem mesmo a estruturação de um repertório informativo capaz de promover o enfrentamento e questionamento sobre o mito da democracia racial vigente no imaginário da sociedade, o qual, por sua vez, contribui para que o professor se situe enquanto mero consumidor de crenças e teorias alheias perpetuadas. Esse problema desvela, faz emergir e ainda sugere o desafio a ser enfrentado e a necessidade de ações políticas intersetoriais e/ou transversais, que sejam capazes de romper as fronteiras raciais e étnicas que vão sendo produzidas no interior dos currículos das IES e que, consequentemente, reforçam a invisibilidade e o estereótipo da Cultura Africana e Afro-Brasileira nas práticas pedagógicas da Educação Básica, o que repercute em todos os níveis educacionais (Godoy, 2017, s/n).

Em 2011, recebi o convite do Hilário Straub, que coordenava o centro de educação Aberta e a Distância (CEACD), para elaborar um curso de formação continuada sobre relações raciais a distância. Esse curso era aberto para quem se interessasse, e ficou disponível 11 anos na plataforma *moodle*. Segundo o atual coordenador, professor Almir Arantes, foi um dos cursos que tinham muita demanda.

Em 2014, coordenei o projeto de pesquisa “Estratégias de permanência dos alunos cotistas na UNEMAT, campus de Juara”, onde estava ministrando aula e o projeto de extensão “Sala do professor: Educação das Relações Étnico-Raciais”. Foi quando publiquei o artigo “Diversidade Cultural, relações raciais e educação na UNEMAT”, publicado na Revista da Faculdade de Educação (FAED), nesse artigo abordei a experiência de trabalhar com disciplinas específicas no curso de graduação (DICRE), e a disciplina Política e Multiculturalismo no curso de Pós-graduação Docência no Ensino superior para mudança do imaginário social em relação a população negra, conhecimento sobre a história do Brasil e de colonização e valorização da diversidade étnica racial no Brasil.

Em 2019 realizamos o primeiro evento voltado para as questões étnico raciais, o I Seminário de Educação e Relações Raciais (SERR). A segunda e terceira edição do evento foram realizadas em 2020 e 2021, de forma virtual em função da pandemia. Em 2022 o seminário passou a fazer parte do evento integrado “Encontro Nacional de Educação” (ENAED) que é um evento único do departamento de Pedagogia. Em 2023 não se realizou o evento.

Em 2020, ano de início da pandemia, eu e o Professor Paulo Alberto Viera dos Santos oferecemos pelo Encrespar dois cursos de formação: Diversidade e Diferenças: interpretação e reinterpretação dos discursos no cotidiano escolar e o curso Educação escolar quilombola em Mato Grosso: marchas e contramarchas dos *ethnosaberes* na fronteira, em parceria com o NEGRA. Ofereci o minicurso Diversidade e diferença na escola: um olhar a partir da Base nacional curricular comum (BNCC), no evento Congresso nacional de linguagem (CONAEL) e o curso em Alfabetização e a diversidade na cidade de Lucas do Rio Verde, em um programa denominado *AlfabetizaLucas*. Enfim, essas são algumas atividades que propomos ao longo desses anos na cidade de Sinop.

Em relação produção acadêmica, os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) não apresentam um volume expressivo quanto a abordagem do tema das relações raciais, talvez o motivo seja a pouca discussão entre os professores e gestores da universidade. Ou ainda, a ausência de uma agenda de formação para os professores da universidade, que não viram esse conteúdo em sua formação inicial, e até mesmo uma certa resistência e negação do racismo de alguns, e a ausência de uma disciplina específica que compusesse a matriz curricular do curso, como acontece nas matrizes curriculares dos outros cursos de Pedagogia, dos campi da cidade de Cáceres e Juara.

Os alunos ao final do curso necessitam cumprir a disciplina Eventos Científicos da Metodologia de Pesquisa Educacional na 8ª Fase Formativa, e depois eles produzem um artigo científico, realizando um recorte teórico da pesquisa e publicam na Revista Eventos Pedagógicos (REPs), com publicação semestral, e ainda apresentam em um evento chamado de Jornada Pedagógica (PPC, 2020). É a partir dessa base de dados que apresentamos as pesquisas acadêmicas relacionadas ao tema relações raciais com o recorte temporal de 2010 a 2023.

Quadro 2. Produção dos acadêmicos do Curso de Pedagogia que envolveu temas voltados para a diversidade, diferença e relações raciais.

Ano/edição	Acadêmica(o)	Tema
2010/ nº 01	Maria Helena Kanashiro	Ambiente pré-escolar: a manifestação de preconceitos e a intervenção do educador
2023/ nº 03	Fabio Penteado de Souza	Capoeira: contribuições pedagógicas para educação e inclusão curricular na Escola Municipal de Educação Básica Sadao Watanabe em Sinop-MT.
2012/nº 03	Helenice Lucatelli da Costa;	Implementação da Lei 10.639/03 10.639/03: educação das relações étnico-raciais na educação infantil pública de Sinop-MT
2013/nº 01	Amanda Valéria Ferreira Perassol Crestan	Preconceito racial: manifestações e abordagens pedagógicas nas Escolas Municipais de Sinop - MT a partir da Lei nº 10.639/03 Amanda
2013/ nº 01	Bruno Cezar Figueredo	A cor da universidade do Estado de Mato Grosso: um recorte da análise das concepções dos professores sobre o sistema de cotas para negros
2013/ nº 02	Fabiana Leite Souza	A prática social: a inserção dos acadêmicos negros com necessidades educativas especiais na UNEMAT
2013/ nº 02	Ozias Ferreira de Souza	Os acadêmicos cotistas da UNEMAT - Campus Sinop como trabalhador e estudante
2018/ nº 01	Milton Bispo de Souza	Relações raciais na educação Infantil na educação infantil: estudo sobre as práticas pedagógicas
2019/ nº 01	Edileusa Gonzaga Margarida 2019	O processo educacional das mulheres negras no ensino superior: uma análise no curso de Pedagogia da UNEMAT - Câmpus de Sinop
2021/nº 02	Gabriela de Oliveira Melo (2021)	Educação intercultural crítica e antirracista: concepções e práticas nas escolas da cidade de Sinop, Mato Grosso

Fonte: da autora (2024)

Considerando os 20 anos de publicação da Lei, ainda temos muito a alcançar no que se refere a recortes teóricos e metodológicos relacionados ao tema relações raciais articuladas a outras categorias de análise como ensino, aprendizagem, discriminação, branquitude, gênero, sexualidade etc. Sobre projetos de extensão na universidade, existem propostas com diferentes temas que supõe envolver as questões raciais, no entanto, é necessário além de boa vontade, um referencial teórico preciso e consistente para trabalhar a origem do racismo, suas derivações, conceitos específicos sobre o tema.

Conforme mencionado, uma das metas para a reestruturação curricular do curso de Pedagogia é inserir uma disciplina específica sobre direitos humanos e relações raciais na nova proposta curricular do curso de Pedagogia, pois as disciplinas consolidadas não trabalham especificamente essa matéria. Discutir o tema na sala de aula, fica muitas vezes na

boa vontade do professor, bem como a interpretação e prioridade da ementa, esse tipo de conduta não favorece o manejo com um tema tão importante para país, e, especialmente, ao estado de Mato Grosso, assim, propomos que o tema possa ser trabalhado de forma densa e consistente dentro das instituições educacionais do ensino básico ao ensino superior.

Considerações finais

Assim, considerando a exposição realizada até aqui, nesses 20 anos da Lei 10.639/03, as atividades desenvolvidas pelos NEABs, projetos de extensão e de pesquisas foram fundamentais para o desenvolvimento acadêmico inclusivo, que respeita as diferenças raciais. No entanto, demonstra ser ainda insuficiente, pois é preciso que as instituições educacionais olhem para os dados do IBGE, no que se refere a população negra, observem os índices de desigualdades alarmantes, e que por esse motivo, são temas que precisam ser mais visibilizados, debatido no âmbito acadêmico e social.

A avaliação que fazemos é que em se tratando de um estado que se orgulha da postura conservadora e de maioria apoiadora da extrema direita, ainda temos um longo caminho a percorrer para avançar nessa agenda. Precisamos romper com o discurso da intolerância em relação a diversidade racial, pois parte de uma premissa neoliberal, que propaga uma ideia de superioridade por parte de quem mostra a tolerância e o respeito (Silva, 2007).

Proclamar e promover a diversidade e a diferença racial em sala de aula é mais que uma bandeira de luta, é um compromisso social com uma população historicamente marginalizada, como é a realidade da população negra. É função da educação de ensino superior buscar superar esse quadro de desigualdade, que, sem sombra de dúvidas, começa pela formação dos professores que atuarão na educação básica, ou seja, os pedagogos.

As instituições escolares têm ainda muitas limitações para incorporar os conteúdos da lei em suas práticas cotidianas, bem como as instituições de ensino superior em suas propostas curriculares. Nos cursos de formação inicial, as recentes alterações curriculares incluíram obrigatoriamente em suas ementas tópicos que contemplam o conteúdo da referida lei, mas em uma análise mais criteriosa, é possível observar que as referências básicas e complementares das ementas pouco mencionam obras teóricas que abordam esses temas e que, certamente poderiam subsidiar teoricamente o trabalho docente.

Em relação à formação continuada, a realidade não é muito diferente, as instituições responsáveis pela formação estão mais preocupadas em adequar os conteúdos aos índices de avaliações nacionais aos quais as escolas são submetidas, do que se preocupar com temas

que formam a sociedade para tornar-se mais humana, generosa e respeitosa à diversidade existente. Os temas relacionados à diversidade racial são relegados a segundo plano ou a datas comemorativas específicas.

Precisamos de posturas, pesquisadores e estudiosos que têm se dedicado a problematizar, com profundidade teórica e metodológica, os processos relativos à educação pública, que valorizam a diversidade e a diferença, pelo viés racial e com o olhar voltado a ampliação de debates e aprofundamento teórico na área da educação como uma possibilidade didática possível de ser posta em prática.

Referências

ABREU, Rafael A. **A boa sociedade: história e interpretação sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

ALEXANDRE, Ivone Jesus. **A presença das crianças migrantes haitianas nas escolas de Sinop/ MT: o que elas visibilizam da escola?**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de São Carlos, São Carlos, SP.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer 3/2004**: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de maio de 2004, seção 1, p.11.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez.1996.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1º jan. 2003. Disponível em: <www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id221.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e indígena. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

GODOY, Eliete. A ausência das questões raciais na formação inicial de professores e a Lei 10.639/03. **Revista em educação PUC Minas**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 77-92, 2017. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/5720/572061644006/html/>. Acesso em: 19 jun. 2024

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização. das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, 2021, v. 33, n. 59, p. 1980-5934, maio/ago. 2021. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/6733/673373992012/673373992012.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Políticas públicas para a diversidade. **Sapere aude** – Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 7-22, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2017v8n15p7>. Acesso em: 10 out.2022.

GONÇALVES, Vanda Lúcia Sá. **O NEPRE e a implementação da lei 10.639/03 no estado de Mato Grosso**. 2015. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

MELLO, Ângela Rita Christofolo de et al. Aspectos da política de formação continuada de professores implementada pelos CEFAPROs de Mato Grosso. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 54, p. 1-25, out./dez. 2019. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/eq/v57n54/1981-1802-eq-57-54-e17336.pdf>. Acesso em 10 de jun.2024.

MELLO, Ângela Rita Christofolo de. **Uma política educacional para jovens e adultos em Mato Grosso**: adaptabilidade e conformação social. Cuiabá: Editora UFMT, 2018.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. Aspectos a serem considerados na implementação da Lei 10.639/03 nas escolas de Mato Grosso. **R. Educ. Públ.**, Cuiabá, v. 19, n. 40, p. 305-317, maio/ago. 2010.

SILVA, Thomaz T. Diferença e identidade: o currículo multiculturalista. In: SILVA, Tomaz T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. 10º reimp. -Belo Horizonte, 2007. p.85-104.

SILVA TRINDADE, J. da; PEREIRA DOS SANTOS, S.; APARECIDA DE PINHO, V. Relações raciais e educação: análise das pesquisas produzidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE). **Revista Amazônida**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, [S. l.], v. 7, n. 01, p. 1–19, 2023.

Notas

ⁱ IBGE

ⁱⁱ IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 17 de jun. 2024.

iii Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 17 de jun. 2024.

iv A professora atualmente aposentada pesquisava sobre o movimento dos Sem Terra. Naquele período ela era a única professora negra e efetiva no curso de Pedagogia. Até hoje é engajada em pautas que envolvem questões sociais, raciais e de gênero.

v Os CEFAPROS foram criados no ano de 1997, por meio do Decreto Estadual nº 2.007/1997. Foi no início da década de 2000 que os Centros foram institucionalizados gradativamente em quinze polos estratégicos, para atender à demanda da oferta de formação continuada no estado. Em 2022 foram desativados e voltaram a ser Delegacia Regional de Educação (DRE).

Sobre a autora

Doutora em Sociologia Pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, inclusão, diversidade e diferença (PPIDD).

E-mail: jesus.alexandre@unemat.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0200-7367>

Recebido em: 05/07/2024

Aceito para publicação em: 17/03/2025